

Hora de pagar uma dívida

LUIZ WEIS

Para não perder tempo, admita-se desde logo que tenham razão todos quantos acusam de liberticida o projeto do governo que prevê a criação de um conselho federal e de conselhos regionais de jornalismo. Mas dizer que o projeto não presta, porque pretenderia submeter a imprensa ao controle do governo, e deixar de dizer que ela precisa autocontrolar-se é agir como se o problema não existisse porque não se gosta da solução. A rigor, a proposta dá aos jornalistas a oportunidade de pagar uma dívida:

finalmente discutir em público e com o público os seus padrões éticos e as suas transgressões, para fortalecer uma coisa e combater a outra. A importância dessa discussão não pode ser exagerada. As sociedades abertas tornaram-se sociedades de mídia. A imprensa hoje faz mais do que observar, registrar, interpretar e julgar. Por menos que pareça, ela está no cerne das realidades de que se ocupa.

Já as empresas de mídia se transformaram em conglomerados que, por sua vez, se associam a outros, de outros setores. A trama dos seus interesses é cada vez mais intrincada e cada vez menos acessível aos consumidores de informações.

A crise do negócio da comunicação no Brasil acirrou como nunca antes a concorrência entre as redações e dentro delas. Parece não haver limites para as exigências de desempenho dos jornalistas, agravando os efeitos do despreparo de muitos deles.

O resultado é que aumentou o espaço para o erro jornalístico, por dolo ou culpa, e aumentou o espaço de propagação do erro. Só não aumentou visivelmente a preocupação com as responsabilidades da profissão, nas atuais condições de seu exercício.

Isso não é fortuito. Empresários e empregados do ramo relutam em submeter a própria atividade ao mesmo escrutínio implacável a que submetem, em nome do interesse coletivo, outras instituições e pessoas.

Corporação alguma quer se ver no pelourinho. Mas talvez em nenhuma outra tenha deitado raízes tão fundas a regra dos dois pesos e duas medidas. O que decerto nasceu como tentativa legítima de se proteger de pressões ilegítimas ou da censura se perverteu numa carapaça de complacência.

A mídia, já se disse, atira primeiro, pergunta depois, acusa aos berros e se retrata aos sussurros. Por isso mesmo, foi um assombro quando, há um par de anos, o Correio Braziliense deu em manchete que tinha cometido um grave erro.

A resposta automática da imprensa é que as suas vítimas dispõem de leis e de tribunais para se ressarcir - e que a mão invisível do mercado castigará o joio e premiará o trigo. Como se fosse impossível no Brasil adiar sentenças até o Dia de São Nunca e como se a concentração do setor não restringisse as escolhas do consumidor.

Nos EUA, o exemplo sempre invocado, existe a Bar Association (a OAB americana), mas não o equivalente na imprensa, um colegiado corporativo com o poder de punir, até com o banimento profissional, quem infringir o código de ética do ofício.

O que se omite, além da agilidade do Judiciário e das indenizações milionárias que as empresas jornalísticas correm o risco de pagar nos EUA, é que a mídia americana vive no visor da mídia americana. Todos os grandes jornais cobrem regularmente não apenas o business da comunicação, mas os eventuais vexames éticos seus e de terceiros.

Esse sistema de freios e contrapesos, aqui, não existe. Enquanto a polícia e a mídia crucificavam os donos da Escola Base de São Paulo, onde alunos teriam sido molestados sexualmente, nenhuma publicação ou emissora dissecou criticamente a cobertura dada à denúncia, o que poderia ter detido o processo de linchamento moral em curso.

Em matéria de salvaguardas ao alcance da sociedade contra os desmandos da imprensa - por incompetência, espírito de manada ou interesse oculto -, vale a observação de um governador em 1970 sobre a luta contra a ditadura:

"Estamos muito no começo de tudo."

Que o diga Eduardo Jorge Caldas Pereira, secretário da Presidência da República no governo Fernando Henrique. Por mais que demonstrasse que as denúncias contra ele eram ocas, o massacre prosseguiu. Os jornais publicavam as suas cartas de protesto e continuavam a publicar as acusações sem lastro.

Custa a crer que não seria desejável que ele pudesse recorrer a uma instância da própria corporação, constituída, administrada e sustentada com total autonomia, autorizada a julgar se, no caso, a mídia foi cúmplice de uma campanha difamatória e a punir os responsáveis, respeitado o devido processo legal.

Foi um tribunal de ética e disciplina, como o previsto no condenado projeto dos conselhos, que baniu da medicina o legista que atestou falsamente que o jornalista Vladimir Herzog se suicidara, e os psiquiatras que participaram de torturas a presos políticos no Rio. Ah, mas a medicina é uma profissão liberal e o jornalismo é uma profissão de assalariados. A contestação é pobre. Afora o fato de o profissional liberal ser uma espécie em extinção, a responsabilidade ética do jornalista não muda de figura se ele é autônomo ou tem carteira assinada ou assina carteira alheia.

Aliás, um tribunal de jornalistas ajudaria a defender os assalariados éticos de patrões inescrupulosos e vice-versa. O meio melhorou muito, mas há motivos para temer retrocessos. Se o cidadão não sabe como são feitas "as leis e as salsichas", dizia Bismarck, tampouco sabe o que poderá estar embutido numa notícia.

No projeto - passível das mudanças que o debate público dos seus temas indicar -, um jornalista poderia ser excluído da profissão por "divulgar fatos inverídicos, deixando de apurar com precisão os acontecimentos". O oposto não é, efetivamente, a essência do ofício?

É forte o argumento do ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, de que a idéia do conselho "é o primeiro passo para um

aperfeiçoamento da atividade jornalística, tendo a ética como preocupação central. E hoje a sociedade tem fome de ética".

Acertou no alvo também a colunista Tereza Cruvinel, no Globo. "Sustentar que as práticas da imprensa não podem ser discutidas é acreditar que tudo lhe é permitido. É presumir que os demais cidadãos devem ser consumidores passivos de informação", escreveu ela. "Todos devem discutir a necessidade ou o perigo deste conselho. Devem se perguntar se os profissionais da imprensa, tal como os médicos, os engenheiros e outros, devem sujeitar-se a um órgão regulador."

A discussão se enriqueceria, por sinal, se levasse em conta o modo como jornais e revistas abordaram o caso. Mais de um jornalista insuspeito de petismo observou que a mídia, desobedecendo ao manual, entrou no assunto valorizando antes os críticos que os defensores da iniciativa. Onde o fair play?

Se a ensurdecadora fuzilaria da mídia contra o projeto suprimir a discussão que já tarda, tanto pior para o jornalismo, que precisa servir à sociedade, e para a sociedade, que precisa de informação de boa qualidade, como de ar, para ser verdadeiramente livre.